

3- A LIBERDADE

1- A inclinação natural a liberdade, ao bem e a verdade

Para falarmos da Liberdade, partimos das inclinações naturais, que são a origem da moral, da liberdade, da verdade e do bem, a partir do estudo de São Tomás, no qual constitui a base, não de um nível físico ou biológico, mas espiritual, que significa a interioridade do ser humano.

Essa redescoberta da natureza espiritual se relaciona com a liberdade como fundamento, de forma que a natureza espiritual não se contrapõe à liberdade humana, mas a funda e a forma. Juntamente com a inclinação natural à verdade, e a inclinação natural ao bem.

A vida moral está ligada às inclinações naturais, que constituem a espontaneidade espiritual do homem. São a origem do agir voluntário e livre e, de consequência, da moral.

A INCLINAÇÃO AO BEM

A inclinação natural ao bem, em que este move o desejo, tem no bem aquilo que é digno de ser amado e desejado. O bem é definido como um desejo que está ligado a todos os atos da vontade. O desejo ao bem é um ato interior no homem, que compõe o caráter universal do bem, que corresponde à verdade, essa parte pura originária em nossa experiência.

O bem pode ser definido como perfeição, felicidade e fim, correspondendo ao modo de ser de uma ação moral.

A primeira característica do bem é a perfeição que, deriva da inteligência e da vontade que vão compor os elementos essenciais da ação moral.

A segunda característica é que o bem se realiza na idéia da felicidade, o bem é a causa da felicidade e a felicidade realiza a plenitude do bem, a perfeição e o fim.

A terceira característica liga o bem ao fim da ação desejada, onde a ação moral será uma ação finalizada, indo a confluência com a idéia de São Tomás contida na Suma Teológica (I-II, q. 1, a. 1).

2 - O CONHECIMENTO DA VERDADE

A inclinação natural ao conhecimento da verdade se caracteriza como natural no homem e constitutiva da sua inteligência. Retoma-se a idéia de que é inerente ao homem o desejo do conhecimento, um amor à verdade que leva à vida contemplativa, na qual a preocupação principal é a procura, a consideração, a alegria da verdade.

A partir das virtudes teológicas tem-se a origem das fontes da teologia moral, como por exemplo, a virtude da fé, que está ligada à inclinação natural à verdade, que expressa a revelação de Deus através das fontes escriturais apresentando uma moral revelada pela fé. A partir desse argumento entendemos a Escritura como fonte escritural da moral.

Podemos dizer então que a inclinação a verdade é o sentido natural da religião no ser humano, o canal que liga o homem a Deus, que com a sua interioridade que expressa sua espiritualidade com a revelação e sua exterioridade que se expressa na ética que são ações visíveis.

3 A LIBERDADE COMO LIVRE ARBÍTRIO

A partir da relação com Deus, pode-se dizer que a origem da liberdade “se situa no centro de nossa existência, no centro de nossa experiência, na origem do nosso querer e dos nossos atos. A liberdade somos nós mesmos, no que temos de mais pessoal.

A liberdade tem seu fundamento em Deus, na idéia que está no prólogo da I-II da Suma Teológica: “Afirma Damasceno que o homem é criado à imagem de Deus, enquanto o termo imagem significa o que é dotado de intelecto, de livre arbítrio, e revestido por si de poder”¹.

O próprio Pedro Lombardo argumenta que “o livre arbítrio é uma faculdade da razão e da vontade, com a qual se elege um bem com a assistência da graça, ou o mal com a sua desistência: diz-se livre quanto à vontade, que pode dominar-se de uma e de outra parte; arbítrio, ao invés, refere-se à razão, aquela faculdade ou a potência à qual compete discernir entre o bem e o mal”².

Definindo liberdade como livre arbítrio, considera-se que seu procedimento advenha não só da vontade como um sistema autônomo, mas que está radicado em duas faculdades: inteligência e vontade, constituindo a natureza do homem.

O conhecimento da liberdade vem da capacidade de reflexão sobre os atos, que leva a agir em busca de um bem.

A liberdade se caracteriza como um agir íntimo, que nasce do interior do homem. Sendo assim, para definir liberdade, é preciso ver “não somente aquela liberdade exterior que consiste na simples ausência de pressão, mas esse poder interior de agir,

¹SummaTheologiae,I-II,prólogo.

² PEDRO LOMBARDO,II sent.,d.24.

de ter iniciativa própria que nós pretendemos possuir e que é o fundamento de nosso direito à liberdade exterior”³.

A liberdade prevê uma iniciativa para agir que nasce do interior do homem e que se desenvolve na ação prática, no atuar livre.

A inclinação natural é a fonte mais profunda da espontaneidade que vai formar o querer em nós. É a origem do nosso conhecimento, que é o uso das inclinações naturais, nas quais o agir humano e a vida moral se concretizam. O fundamento da liberdade em relação aos próprios atos está na realização das inclinações naturais, que é o que o homem pode fazer de mais espontâneo.

4- LIBERDADE E OS TIPOS DE LIBERDADE

O homem se diferencia dos outros seres pela sua racionalidade e pela sua liberdade. O homem pode intervir no processo da sua atuação: decidir ou abster-se, interromper o que tinha determinado, ou escolher entre as múltiplas opções que se lhe oferecem.

Esta capacidade de decidir atuar ou abster-se, de se determinar por uma coisa ou outra, é o que se pode entender por liberdade.

A liberdade é a capacidade interior da pessoa, mediante a qual a vontade pode optar entre querer ou não querer, determinar-se por diferentes possibilidades ou decidir-se pelo seu contrário.

Apresentamos dois tipos de liberdade:

Liberdade de coação ou de restrição: é a condição do sujeito que não está obrigado ou impedido em seu atuar por agentes externos.

Não tem esta liberdade o escravo, o prisioneiro e aqueles aos quais uma lei ou a força impede expressar-se ou fazer o que queriam.

É uma liberdade que se refere principalmente a poder realizar externamente o que se decidiu fazer, também pode se referir ao querer quando está diretamente submetido a uma coerção desde o interior, por exemplo, através de certas drogas ou sistemas de torturas

Liberdade de eleição, é aquela que não se fixa tanto na possibilidade de fazer o que se decidiu fazer, quanto na ausência de necessidade interna para tomar uma decisão ou outra. É propriamente a liberdade do querer, que se chama comumente liberdade psicológica.

A liberdade como valor e tarefa moral: comporta o bom uso da liberdade de eleição, ou, ao valor que supõe a livre afirmação do bem e, por contraste, a degradação

³ PINCKAERS, S., Qu'est-ce la Liberté, in "Evangeliser" 106 (1964), p. 332

que causa no mundo espiritual o que um ser inteligente eleja o que ele sabe que é mau ou rejeita o que ele sabe que é bom.

A liberdade de eleição é chamada de livre arbítrio pela filosofia clássica, implica a realização autônoma de um ato da vontade que se coloca entre o “pode” e o “não estou obrigado”.

- A liberdade como valor e tarefa moral

Comporta o bom uso da liberdade de eleição, ou, ao valor que supõe a livre afirmação do bem e, por contraste, a degradação que causa no mundo espiritual o que um ser inteligente eleja o que ele sabe que é mau ou rejeita o que ele sabe que é bom.

Esta classe de liberdade não é, portanto, algo que o homem tem por natureza, em virtude de sua constituição ontológica ou psicológica: é, o objeto de eleição e de conquista por parte da pessoa.

Podemos dizer então que se fala de uma liberdade de coação externa e de liberdade de necessidade interior, e se pode falar também dos impulsos desordenados, a liberdade do pecado e da miséria moral.

- O modo como a liberdade se apresenta:

Liberdade de necessidade: é a possibilidade de atuar ou de não atuar.

Liberdade de especificidade: É a capacidade de decidir entre diversas opções.

Liberdade e contradição: É a que decide entre duas coisas opostas.

A liberdade e a responsabilidade: O homem é o agente fiador, responsável pelos seus atos. A pessoa é responsável pelos seus atos e por isso exige que o reconheça como garantia do seu agir.

Na prática o homem verdadeiramente livre é o que simultaneamente se sente responsável pela sua decisão.

A liberdade deve ser direcionada a Deus, mas ele pode direcioná-la para o pecado como diz o Catecismo da Igreja o n. 1739, fazendo mau uso da liberdade: “A liberdade do homem é finita e falível. E, de facto, o homem falhou. Livremente, pecou. Rejeitando o projeto divino de amor, enganou-se a si mesmo; tornou-se escravo do pecado. Esta primeira alienação gerou uma multidão de outras. A história da humanidade, desde as suas origens, dá testemunho de desgraças e opressões nascidas do coração do homem, como consequência de um mau uso da liberdade”.

A liberdade aperfeiçoa o ser da pessoa. A liberdade é uma árdua conquista que dura toda a vida, como fala o Catecismo da Igreja Católica o número 1734: “A liberdade torna o homem *responsável* pelos seus atos, na

medida em que são voluntários. O progresso na virtude, o conhecimento do bem e a ascese aumentam o domínio da vontade sobre os próprios atos”.

AS CARACTERÍSTICAS DA LIBERDADE

A liberdade se caracteriza como um agir íntimo, que nasce do interior do homem. Sendo assim, para definir liberdade, é preciso ver não somente aquela liberdade exterior que consiste na simples ausência de pressão, mas esse poder interior de agir, de ter iniciativa própria que nós pretendemos possuir e que é o fundamento de nosso direito à liberdade exterior.

A liberdade prevê uma iniciativa para agir que nasce do interior do homem e que se desenvolve na ação prática, no atuar livre.

Se não tivéssemos a possibilidade psicológica de decidir livremente entre o bem e o mal, não seria uma conduta humana. O homem não estaria no grau de conduzir a si mesmo, não teria a responsabilidade e não haveria o sentido de louvor ou reprovação do comportamento.

Sem a liberdade nenhum bem é um bem humano. Sem um bem a liberdade é vazia.

A liberdade é a liberdade da pessoa que conduz a si mesmo, liberdade de conduta. E o conduzir a si mesmo coloca por força a pergunta sobre o fim do percurso, sobre o porque da liberdade.

Liberdade “de” abre as porta para a liberdade “para” e portanto, ao bem humano para afirmar e ao mal humano para negar.

A liberdade desemboca no amor que em todas as suas formas é sempre uma livre afirmação do bem. A liberdade se direciona a Deus, verdadeiro sentido do “se sentir livre”.

5- A LIBERDADE DOS FILHOS DE DEUS

A liberdade humana possui várias dimensões. A *liberdade de coação* é a que goza a pessoa que pode realizar externamente o que decidiu fazer, sem imposição ou impedimentos de agentes externos; assim se fala de liberdade de expressão, de liberdade de reunião, etc. A *liberdade de escolha ou liberdade psicológica* significa a ausência de necessidade interna para escolher uma coisa ou outra; não se refere já à possibilidade de *fazer*, mas à de decidir autonomamente, sem estar sujeito a um determinismo interior. No *sentido moral*, a liberdade refere-se em mudança à

capacidade de afirmar e amar o bem, que é o objeto da vontade livre, sem estar escravizado pelas paixões desordenadas e pelo pecado.

Deus quis a liberdade humana para que o homem «busque sem coações a seu Criador e, unindo-se livremente a Ele, atinja a plena e bem-aventurada perfeição. A liberdade do homem requer, com efeito, que atue segundo uma escolha consciente e livre, isto é, movido e induzido pessoalmente a partir de si mesmo e não sob a pressão de um cego impulso interior ou da mera coação externa. O homem atinge esta dignidade quando, libertando-se totalmente da escravidão das paixões, tende ao seu fim com a livre escolha do bem e se tenta meios adequados para isso com eficácia e esforço crescentes⁴.

A liberdade da coação exterior, da necessidade interior e das paixões desordenadas, resumindo, a liberdade humana plena possui um grande valor porque somente ela torna possível o amor (a livre afirmação) do bem por ser bem, e, portanto, o amor a Deus enquanto sumo bem, ato com o qual o homem imita o Amor divino e atinge o fim para o qual foi criado. Neste sentido afirma-se que «a verdadeira liberdade é sinal eminente da imagem divina no homem⁵.

A Sagrada Escritura considera a liberdade humana a partir da perspectiva da história da salvação. Por causa da primeira queda, a liberdade que o homem recebeu de Deus ficou submetida à escravidão do pecado, ainda que não tenha se corrompido por completo (cfr. *Catecismo*, 1739-1740). Por sua Cruz gloriosa, anunciada e preparada pela economia do Antigo Testamento, «Cristo obteve a salvação para todos os homens. Resgatou-os do pecado que os tinha submetidos a escravidão» (*Catecismo*, 1741). Somente colaborando com a graça que Deus dá por meio de Cristo o homem pode gozar da plena liberdade em sentido moral: «para ser livres libertou-nos Cristo» (*Gal 5, 1*; cfr. *Catecismo*, 1742).

A possibilidade de que o homem pecasse não fez com que Deus renunciasse ao criá-lo livre. As autoridades humanas devem respeitar a liberdade e não lhe pôr mais limites que os exigidos pelas leis justas. Mas ao mesmo tempo convém não esquecer que não basta que as decisões sejam livres para que sejam boas, e que só à luz do grandíssimo valor da livre afirmação do bem por parte do homem se entende a exigência ética de respeitar também sua liberdade falível.

⁴ Concilio Vaticano II, Const. *Gaudium et spes*, 17. Cfr. *Catecismo*, 1731.

⁵ *Ibidem*.